



#BNB

#Investimentos

#Nordeste

NEGÓCIOS



FOTO: KID JUNIOR

Internamente, o BNB ainda está avaliando e mensurando os impactos da MP 1.052

MP do Governo Federal deve reduzir força do BNB no fomento ao desenvolvimento regional

Segundo funcionários do Banco e economistas, o BNB terá significativa redução do financiamento pelo FNE e terá de buscar outras fontes de recurso

#BancoDoNordeste



Samuel Quintela samuel.quintela@svm.com.br

Papel regional prejudicado

Para financiar o novo fundo, a União deve minar o poderio financeiro de bancos públicos, como o BNB

O papel de promover o desenvolvimento regional do Banco do Nordeste pode estar em xeque após a publicação da Medida Provisória 1.052/2021 pelo Governo Federal. A iniciativa visa criar o Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) para focar projetos com recursos da União, mas deverá enfraquecer os bancos públicos regio-

nais ao reduzir de forma progressiva a taxa de administração sobre os Fundos Constitucionais (FNE, FNO e FCO), dispositivo crucial para a geração de receitas destes bancos.

De acordo com o texto da MP 1.052, o FGIE deverá ser gerenciado pela Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF) e deverá ter preferências por projetos de "concessões e parcerias público-privadas nas regiões Nor-

te, Nordeste e Centro-Oeste". O objetivo, segundo o Governo, é reforçar o apoio a investimentos em obras de "saneamento básico, resíduos sólidos, iluminação pública, habitação social e segurança hídrica".

Para financiar o novo fundo, a União deve minar o poderio financeiro de bancos públicos, como o BNB. Isso porque parte dos recursos do FGIE será redirecionada a partir dos Fundos Constitucionais de Finan-

ciamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE), e do Centro-Oeste (FCO). O fluxo financeiro será conduzido pela redução gradual da taxa de administração destes fundos, que serão gerenciados pelo BNB, pelo Banco Amazônia (Basa) e Banco do Brasil.

Missão afetada

A decisão, segundo a Associação de Funcionários do Banco do Nordeste (AFBNB), prejudi-

EGÍDIO SERPA

egidio.serpa@svm.com.br
#Agronegócios

FUNGICIDA ORGÂNICO PARA AS BANANEIRAS

cará profundamente o funcionamento do BNB, que se baseia consideravelmente nos recursos aplicados pelo FNE para financiar o funcionamento de projetos de desenvolvimento regional. Atualmente, cerca de 70% dos custos do BNB - que envolvem ações de infraestrutura, pagamentos, treinamentos, qualificação profissional e outros - são garantidos pelo montante gerado a partir da taxa de administração do FNE.

O demonstrativo financeiro do BNB indicou que foram registradas "mais de 711 mil operações" de crédito pelo FNE no exercício de 2020, cerca de R\$ 25,84 bilhões. No próprio documento, o BNB se refere ao Fundo como "principal fundo da Instituição".

Risco

Com parte do financiamento prejudicado, os funcionários do BNB temem que o Banco seja obrigado a atualizar algumas formas de garantir a operacionalização de projetos, tendo menos condição de assegurar empréstimos de longo prazo com condições mais favoráveis que o mercado convencional.

Rita Josina, presidente da AFBNB, afirmou que, com menos recursos do FNE, será praticamente impossível manter as estruturas físicas, como agências, em todas as áreas de atuação, reduzindo o alcance da Instituição. Ela defendeu que isso atrapalharia a "missão do Banco" de buscar projetos de desenvolvimento regional de forma prática e com condições mais vantajosas, já que o BNB teria de buscar outras formas de se financiar.

"Com a redução da taxa de administração, a gente não movimenta e não paga o mínimo possível para se ter um funcionamento correto no Banco. Da forma como está previsto, não se cobre os riscos das operações", disse Rita.

A opinião é corroborada por Wandemberg Almeida, conselheiro do Conselho Regional de Economia Ceará (Corecon-CE). Ele destacou que a medida terá impacto claro sobre os micro e pequenos empresários no Nordeste, já que eles poderão encontrar uma opção a menos no mercado para financiamento de crédito. Lembra que os re-

ursos do FNE, além de necessários para financiar projetos de infraestrutura e energias renováveis, são consideravelmente relevantes para o funcionamento do CrediAmigo, um dos maiores projetos de microcrédito da América Latina. "Os micro e pequenos empresários vão ser prejudicados. Temos uma alta taxa de pobreza no Nordeste e enfraquecer o banco traz danos ao setor produtivo e para a população em si", disse.

Posição oficial

O BNB emitiu uma nota dizendo apenas que está avaliando os impactos da Medida Provisória. "Essa MP traz impactos para os bancos administradores dos Fundos Constitucionais, FNE, FNO e FCO. Na condição de administrador do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), o Banco está avaliando os reflexos dessa Medida Provisória na operacionalização desse Fundo", diz a nota assinada por Hailton José Fortes, diretor de relações com investidores.

Governo Federal, via Ministério do Desenvolvimento Regional, afirmou que "as alterações trazidas pela MP 1.052/2021 vão beneficiar empreendedores e produtores rurais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste que terão R\$ 8,5 bilhões a mais disponíveis, até 2024, nas linhas de financiamento dos Fundos Constitucionais (FNO, FNE e FCO)."

A ampliação do volume de recursos disponíveis se dará, diz o Ministério, pela redução nas taxas administrativas dos bancos operadores dos Fundos Constitucionais de Financiamento. Já em 2021, a medida disponibilizará R\$ 750 milhões para os empreendedores dessas regiões.

"É falsa a afirmação de que a medida provocará o enfraquecimento dos bancos públicos, haverá, na verdade, uma equalização com as taxas que são praticadas no mercado. A título de comparação, a Caixa Econômica Federal recebe 0.5% como taxa de administração do FGTS, já os bancos que operam os fundos constitucionais recebem 2.1% pelo serviço, além das demais taxas de remuneração das disponibilidades. A redução será gradual até 2026".

A lô, bananicultores cearenses! A Agropaulo Agroindústria, empresa do Grupo Telles, liderado pelo agroindustrial cearense Everardo Telles, está prestes a concluir os testes de um novo e revolucionário produto - um fungicida orgânico para combater não só a Sigatoka Amarela, mais terrível praga da bananeira, mas outras doenças que atacam as culturas agrícolas, incluindo as frutas. Fabiano Mapurunga, gestor de agronegócio da Agropaulo, anunciou ontem que, muito brevemente, esse novo produto estará à disposição dos fruticultores para ser prescrito pelos agrônomos. Mapurunga fez o anúncio durante o Painel 11 do II Agrosetores, um evento que, durante toda a quarta-feira, 26, debateu sobre os diferentes aspectos e os diferentes setores do agronegócio cearense, desde as plantas ornamentais até o café, das culturas protegidas por estufas ao trigo que se planta e colhe na Chapada do Apodi, onde também se desenvolve também uma cotonicultura tecnificada.

A Agropaulo já produz - em sua grande fazenda localizada no interior do município de Jaguaruana - fertilizantes e adubos orgânicos NATZB, com Zinco e Boro, todos já certificados pelo IBD/IFOAN e já em uso pelos produtores de soja de vários estados brasileiros.

Hoje, na geografia cearense, o combate à Sigatoka Amarela é feito com defensivos químicos, cuja aplicação ficou até três vezes mais cara pela proibição, em todo o Ceará, da pulverização aérea, uma decisão tomada pela Poder Legislativo cearense e sancionada pelo governador do Estado.

Quando chegar ao mercado o fungicida orgânico da Agropaulo Agroindústria, será possível criar uma exceção para a pulverização aérea dos bananais cearenses e das outras culturas para as quais aquele produto vier a ser indicado. O Ceará era o maior exportador de bananas do país, hoje não é mais, mas poderá retomar essa posição com o uso do fungicida orgânico e com a volta da pulverização aérea.

EM RECUPERAÇÃO

Pediram recuperação judicial algumas famosas empresas do varejo nacional, entre elas Le Postiche, Dudalina, Cavalera, Via Uno e TNG. Duas delas têm lojas em Fortaleza. Resultado do isolamento social imposto pela pandemia da Covid-19.



COM DUAS UNIDADES NO

Ceará, a rede nordestina de lojas Carajás Home Center, especializada em materiais de construção, abrirá, no segundo semestre deste ano, sua terceira unidade no Ceará. Em instalação na cidade de Eusébio, a nova loja absorve R\$ 70 milhões em investimento, criando 250 novos empregos diretos.

VIRARAM DIVERTIMENTO

as sessões da CPI da Covid, onde senadores da oposição e a favor do governo trocam acusações a toda hora. Pelo que se vê e ouve, o interesse dos parlamentares é distinto: os do governo defendem o governo; os contra, atacam - e procuram devorar - os depoentes. Como nas CPIs do Mensalão e do Petrolão.



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code e fique por dentro de mais conteúdo do nosso site